



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10456 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

ASPECTOS DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA NA FAETERJ IMBARIÊ

Bruno de Oliveira Figueiredo - Fundação de Apoio a Escola Técnica - FAETEC

Jeanne Emilia Coutinho - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celia Cristina Pereira da Silva Veiga - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ASPECTOS DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA NA FAETERJ IMBARIÊ

Resumo:

Na dinâmica de delineamento e posterior aprofundamento da crise orgânica do capital, a recomposição burguesa estabelece um movimento duplo de reestruturação produtiva e reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Tomamos como objeto os cursos superiores de tecnologia por seu caráter interessado, imediatista e pragmático direcionados a parcelas das classes subalternas. Diante da problemática que envolve o aprofundamento da dualidade educacional nesta modalidade de ensino superior, estabelecemos como objetivo a compreensão do processo de implantação dos cursos superiores de tecnologia na Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), como parte da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) do estado do Rio de Janeiro. Tomamos como referência a FAETERJ Imbariê em função de sua importância para a Região da Baixada Fluminense. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa cujos procedimentos técnicos são a pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados iniciais, podemos afirmar a relação entre a contrarreforma educacional, com aprofundamento da lógica gerencial e da privatização da educação pública brasileira. Na busca pela compreensão da dinâmica de estruturação dos cursos na rede de educação profissional do estado do Rio de Janeiro, as parcerias público-privadas se tornam elemento estrutural.

Palavras-chave: Recomposição Burguesa; Contrarreforma da Educação; Ensino Superior; Curso Superior de Tecnologia, Política de Educação Superior.

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) surgiram no cenário educacional brasileiro nos anos de 1960, com ofertas de cursos em formatos diferentes das graduações existentes. De acordo com os autores Autora³ (2020a), o CST é uma modalidade de graduação de curta duração, com status de nível superior na área de educação profissional e tecnológica que

confere diploma de tecnólogo, caracterizando-o como uma formação flexível e enxuta.

Em função do aprofundamento e expansão desta modalidade de curso superior, nosso objetivo é compreender a dinâmica do processo de implantação do Curso Superior de Tecnologia, na Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ), na unidade Imbariê. Assim, Neste texto apresentamos a Rede de Educação FAETEC, em específico a FAETERJ Imbariê, com a análise do projeto de estruturação desta.

Partimos do contexto da Crise do Capital, do processo de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado. Fatores responsáveis pelo aumento do desemprego estrutural e, além de diversos problemas, como o surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador. Este trabalhador, de “novo tipo”, precisa se adequar ao mercado de trabalho, ser flexível, competente e responsável. (AUTORA³, 2020).

Os CST formam estes trabalhadores de modo precário e fragmentado, baseando-se na lógica da educação terciária. Ademais, a mesma objetiva o entendimento das classes subalternas de que a educação propedêutica não é um direito do cidadão brasileiro. (AUTOR¹, 2021).

No conjunto de mudanças sociopolíticas e econômicas do Estado brasileiro, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) é criada. Essas mudanças envolveram o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade civil expressas no desencadeamento de reformas educacionais e da reconfiguração da administração pública brasileira.

Como dimensões combinadas, a reforma educacional caminha lado a lado com a reforma da administração pública brasileira. Nesse sentido, as mudanças promovidas nos sistemas educacionais no país estavam atreladas à implantação do projeto neoliberal no contexto brasileiro. Com o aprofundamento desse projeto de sociedade, a disputa por hegemonia no campo da educação estabelece materialidade à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, vinculando conteúdo e forma para os sistemas educacionais, com o caráter dual e interessado. É no conjunto dessas mudanças mais amplas desencadeadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do caráter precursor neoliberal do Governo Moreira Franco no estado do Rio de Janeiro que a FAETEC é criada. No cerne de sua criação, a FAETEC materializa o aprofundamento da dualidade educacional expressa na separação entre educação regular e educação profissional.

Nesse contexto, a Fundação de Apoio à Escola Pública (FAEP), criada no Governo Moreira Franco, em 1987, é transferida da Secretaria de Educação (SEEDUC) para a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI). Além da FAEP, foram transferidas oito Escolas Técnicas Estaduais e o Centro de Educação Integral de Quintino, pelo Decreto Lei nº 22.011 de 9 de fevereiro de 1996. Essa junção somente dará forma administrativa e institucional em 10 de junho de 1997, com a promulgação da Lei nº 2.735.

Em pleno avanço da contrarreforma educacional no Brasil, com intensificação da dimensão estrutural desta contrarreforma, ou seja a estrutura fundamentada nas parcerias público privadas, a implantação de cursos superiores de curta duração ganham impulso no contexto brasileiro. É neste contexto que a implantação dos cursos superiores tecnológicos no Estado do Rio de Janeiro se efetiva por meio da Lei nº 5597, de 18 de dezembro de 2009, que institui o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ. Este plano tinha raízes no estabelecido na Lei nº 10172 de 09 de janeiro de 2001 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE-2001 a 2010.

O projeto que norteia a criação, estruturação e implantação do determinado polo da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro se fundamenta no Plano Estadual de

Educação (PEE/RJ - 2001/2010), na parte referente à Educação Superior que aponta metas com o prazo de cinco anos, como as seguintes: a que estabelece o aumento do número de vagas nos cursos oferecidos pelas Instituições; a abertura de novos cursos de acordo com as demandas decorrentes do contexto socioeconômico; e a promoção da interiorização das Instituições de Ensino Superior Públicas.

Apresenta o eixo tecnológico do curso ofertado, com organização e estrutura curricular bem definidas. Sua ementa especifica os componentes curriculares com a carga horária; perfil profissional esperado do egresso com as habilidades e competências relativas à formação geral do currículo, as habilidades e competências específicas da parte técnica do currículo. O histórico da região a descreve de forma a justificar a escolha do município para sediar o polo. A Diretoria de Educação Superior – DESUP - da FAETEC, na figura da coordenadora acadêmica e do seu assessor da época, assina o texto em agosto de 2011.

Como primeiros resultados, a análise do projeto que estrutura a FAETERJ Imbariê nos possibilita afirmar a afinação com a contrarreforma estatal e seus desdobramentos na dimensão educacional. A concepção de educação explícita no projeto se baseia na ideia da necessidade de um novo modelo de educação que considere as mudanças tecnológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade. Com esta fundamentação em uma suposta sociedade do conhecimento, a pedagogia das competências é apresentada como forma de inclusão dos alunos de forma mais competitiva no mundo do trabalho. Cabendo à escola, como educadora, buscar a inovação e a adequação à realidade da automação, da informação e do conhecimento, em que o cerne da capacidade competitiva está na competência em captar e conjugar informações e conhecimentos em menor tempo hábil.

A proposta de educação ofertada pela FAETERJ segue a lógica da educação para a classe trabalhadora. Educação que forma um trabalhador de novo tipo. Uma formação enxuta, flexível e interessada que atende de imediato a determinados setores do mercado. Essas afirmações se fundamentam na lógica das competências e habilidades formativas de um cidadão empreendedor. Este novo cidadão está fundamentada no projeto socialdemocrata elaborado pelos Teóricos da Terceira Via, como fundamento teórico-metodológico da sociabilidade burguesa.

A incapacidade política do Governo Collor em levar adiante o projeto neoliberal de sociabilidade burguesa vai culminar com seu impeachment em dezembro de 1992. Na conjuntura mundial de reformulação do projeto da socialdemocracia para o século XXI, em meados dos anos 1990, o projeto neoliberal mediado por esse partido político foi apresentado como uma Terceira Via, uma suposta alternativa ao projeto neoliberal (GIDDENS, 2005). Com base no ideário desse projeto, a reconfiguração administrativa do Estado brasileiro foi impulsionada no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e a implantação do Plano Diretor da Reforma Administrativa (1995). Como elementos legitimadores dessa reconfiguração, a ineficiência estatal e a ausência de qualidade na prestação de serviços à população expressam os mesmos “mantras” propagados para a reconfiguração dos sistemas educacionais brasileiros. Além disso, esses “mantras” propagados também tem sua causa atribuída à má gestão pública e são voltados para legitimar a suposta necessidade de desburocratização do Estado (BRASIL, 1995). Assim, o modelo gerencial é apresentado como “antídoto” para todos os problemas da administração pública brasileira. Nesse sentido, Souza (2017) vem questionando essa suposta desburocratização e como resposta afirma a implantação do modelo gerencial como uma burocratização de novo tipo.

Para além, revela o intento da classe hegemônica que disponibiliza para os trabalhadores uma educação superior, pública e gratuita que apenas certifica e empobrece o conhecimento na

formação humana, gerando um contingente de desempregados com diplomas (AUTORA³, 2020), em detrimento de uma formação politécnica e omnilateral que busca contemplar o ser humano em todas as suas possibilidades.

Além destes resultados, as parcerias público-privadas se apresentam como dimensão estrutural da definição do projeto, instalações, cursos e currículos, como dimensão endógena às comunidades escolares.

Referências

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html]. Acesso em 05 de junho de 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.179, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília (DF): 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.html]. Acesso em 05 de junho de 2021.

BRASIL. *Lei nº 5.597, de 18 de dezembro de 2009*. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, e dá outras providências. Rio de Janeiro (RJ): 2009. Disponível em: [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/lei_5_597_-_18122009.html]. Acesso em 05 de junho de 2021.

AUTOR¹. Capítulo de livro, 2021.

SOUZA, Jose dos Santos. Cursos Superiores de Tecnologia. 2016 In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Org.). *Organização Institucional e Acadêmica na Expansão da Educação Superior*: glossário. Rio de Janeiro: Publit, 2016, p. 39-42.

AUTORA³. Artigo, 2020a.

AUTORA³, Tese de doutorado, 2020.

SOUZA, José dos Santos. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: fundamentos sócio-históricos da (dês) configuração do trabalho docente. Trabalho apresentado na Sessão Especial Subárea 4 dos GTs 05-09-11. In: Reunião Nacional da ANPED, XXXVIII, UFMA, São Luís, outubro de 2017. *Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED*. São Luís (MA): ANPED, 2017. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/sessoes_38anped_2017]. Acessado em: 15/10/ 2017.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995.

BRASIL. *Lei nº 2735 de 10 de junho 1997*. Altera a Lei nº 1.176, de 21 de junho de 1987, dispõe sobre o quadro permanente de pessoal da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC e dá outras providências. Rio de Janeiro (RJ) 1997. Disponível em: [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/lei_2735_10061997.html]. Acesso em 05 de junho de 2021.

BRASIL. *Decreto n° 22.011 de 09 fevereiro de 1996*. Transfere os órgãos que menciona e dá outras providências. Rio de Janeiro (RJ): 1996. Disponível em: [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_22_011_09021996.html]. Acesso em 05 de junho de 2021.